

COMISSÃO DE CULTURA
REQUERIMENTO Nº DE 2021
(Da Sra. ÁUREA CAROLINA)

Requer a realização de Audiência Pública da Comissão de Cultura para debater os impactos da mineração no patrimônio cultural e nas comunidades tradicionais de Minas Gerais.

Senhora Presidenta,

Requeiro a V. Exa., nos termos dos artigos 24, inciso III, e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja realizada Audiência Pública da Comissão de Cultura para debater os ***“Impactos da mineração sobre o patrimônio cultural e comunidades tradicionais em Minas Gerais”***.

Requeiro, nesse sentido, que sejam convidados para participar desta Audiência Pública as instituições e representantes seguintes:

- Exma. Sra. Larissa Peixoto - Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN - gabinete@iphan.gov.br · larissa.peixoto@iphan.gov.br;
- Representante do Ministério Público Federal - 6ª Câmara - Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais - 6ccr@mpf.mp.br;
- Exmo. Sr. Felipe Cardoso Vale Pires - Presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, IEPHA-MG - gabinete@iepha.mg.gov.br;
- Exmo. Sr. Jarbas Soares Júnior - Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais - Ministério Público do Estado de Minas Gerais - sci@mpmg.mp.br;



- Representante do ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, organização associada à UNESCO;
- Representante do GT Povos e Comunidades Tradicionais, Etnicidades e Ancestralidade da Associação Brasileira de Antropologia;
- Representante das Comunidades Atingidas pela Mineração no Município de Serro - MG;
- Representante das Comunidades Atingidas pela Mineração na cidade de Barão de Cocais - MG;
- Representante de movimentos de proteção à Serra do Curral - Belo Horizonte - MG.

JUSTIFICAÇÃO

O Mandato da Deputada Federal Áurea Carolina vem acompanhando com preocupação os impactos do avanço desenfreado da mineração no estado de Minas Gerais, causando danos das mais diversas magnitudes na vida de centenas de milhares de pessoas. As consequências nefastas mais conhecidas dessas atividades são a redução da qualidade de vida da população, a poluição do ar, dos rios e da terra, o deslocamento forçado de pessoas, o desmantelamento das relações sociais e econômicas e, mais recentemente, o soterramento de comunidades inteiras pela lama tóxica.

Nesse contexto, chamamos atenção aqui para outra forma de violência, mais sutil mas não menos grave, a que promove o ocultamento, a inviabilização, a destruição e o apagamento de experiências, existências tradicionais, hábitos, obras, rituais, danças, procissões, vivências de fé e tantas outras formas de expressão da cultura brasileira nos rincões de nosso país. Acreditamos que a visibilização de alguns desses processos de destruição de nosso patrimônio por meio do compartilhamento do que se passa no Serro, em Barão de Cocais e até mesmo na capital de Minas Gerais, contribuirá para que a devida atenção seja dada ao problema.

Esperamos, assim, abrir uma nova frente de trabalho que promova a renovação do comprometimento das instituições da república para com a proteção de bens tão caros à memória e à vivência da arte e da cultura em nosso país - que vêm sendo sufocados de forma lenta e contínua pelo avanço de empreendimentos pouco preocupados com o Belo



Horizonte, com a procissão à capelinha de Nossa Senhora, com o queijo feito no quintal, com os cantos quilombolas à beira do rio.

Sala das Comissões, em 07 de outubro de 2021.



Áurea Carolina
Deputada Federal - PSOL/MG

